

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora
Ano 2022

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Contribuições das ciências humanas para a sociedade

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Fabiano Eloy Atílio Batista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C764 Contribuições das ciências humanas para a sociedade /
Organizador Fabiano Eloy Atílio Batista. – Ponta Grossa
- PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-903-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.032221802>

1. Ciências humanas. 2. Sociedade. I. Batista, Fabiano
Eloy Atílio (Organizador). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Caros leitores e leitoras;

A coletânea '**Contribuições das ciências humanas para a sociedade**', dividida em dois volumes, reúne textos de autores e autoras nacionais e internacionais que propõem em trazer discussões atuais, críticas e necessárias sobre a importância, bem como as diversas contribuições dos estudos na área das Ciências Humanas para a sociedade.

Assim, ao longo dos 35 artigos podemos vislumbrar uma série de indagações, questionamentos e reflexões, que negam, afirmam e constroem saberes para que possamos entender e ampliar nosso repertório de conhecimento sobre as mais diversas sociedades e culturas.

Ao longo do primeiro volume é exposto um conjunto de textos que tematizam sobre um panorama nacional, enfatizando, sobretudo, as contribuições das Ciências Humanas para compreensão das dinâmicas e interações no Brasil. Assim, as principais abordagens e temáticas deste volume são: questões regionais, política e planejamento, educação e ciência, representações sociais sobre a velhice, agricultura familiar, questões mercadológicas, condições de trabalho, religião, dentre outros temas que exploram, cada qual a sua maneira, a realidade brasileira e as múltiplas relações com as Ciências Humanas.

No segundo volume os textos reunidos discutem sobre as produções das identidades, subjetivações, metodologias e epistemologia das Ciências Humanas, questões sobre a comunidade surda, juventude, suicídio, vida e morte e processos discursivos, se consolidando como uma abordagem multidisciplinar dentro das Ciências Humanas.

Neste sentido, podemos compreender, a partir das leituras, que as contribuições das Ciências Humanas, ao longo dos anos, nos permitem, conhecer nossa história, a história dos outros, entender o homem e a sociedade como um todo. Suas contribuições nos fornecem informações sobre Política, Mercado, Trabalho, Artes, Natureza, Relações Sociais, dentre outras instâncias da vida humana que precisam, cotidianamente, serem perscrutadas, remexidas e revisitadas, pois todas essas informações fazem de nós seres críticos e nos permitem a entender a realidade a nossa volta.

Por fim, esperamos que a coletânea '**Contribuições das ciências humanas para a sociedade**' possa se mostrar como uma possibilidade discursiva para novas pesquisas e novos olhares sobre as contribuições das Ciências Humanas para a sociedade, buscando, cada vez mais, uma ampliação do conhecimento em diversos níveis.

A todos e todas, esperamos que gostem e que tenham uma agradável leitura!

Fabiano Eloy Atílio Batista

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A QUESTÃO REGIONAL E AS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO NO BRASIL:
APRECIÇÕES

Franciclézia de Sousa Barreto Silva

Alberto de Oliveira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218021>

CAPÍTULO 2..... 13

A HISTÓRIA DO CENTRO EDUCACIONAL FUNDAÇÃO IBIFAM (CEFI): EXPERIÊNCIA
PIONEIRA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NA ESCOLA BÁSICA EM
BELÉM-PA

Reginaldo do Socorro Martins da Silva

Ney Cristina Monteiro de Oliveira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218022>

CAPÍTULO 3..... 32

ASPECTOS DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VELHICE ENTRE OS SUJEITOS
VELHOS DA CIDADE SENHOR DO BONFIM – BA

Valéria Cunha Rodrigues

Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218023>

CAPÍTULO 4..... 50

O LUGAR DOS CAMPONESES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO AMAPÁ

Manoel Osvanil Bezerra Bacelar

Hilene Marilan Lima Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218024>

CAPÍTULO 5..... 67

OS REBATIMENTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
(PNAE) COMO PERSPECTIVA DE MELHORIAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA PARA
AS MULHERES DO MEIO RURAL: UM ESTUDO DE CASO DAS MANGABEIRAS DO
POVOADO PORTEIRAS EM JAPARATUBA/SE

Handresha da Rocha Santos

Sandra Andréa Souza Rodrigues

Hádrian George da Rocha Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218025>

CAPÍTULO 6..... 77

PERFIL ANTROPOMÉTRICO E OS FATORES DE RISCOS CARDIOVASCULARES EM
FREQUENTADORES DA PRAÇA BATISTA CAMPOS NA CIDADE DE BELÉM (PA)


Rafaella Maria da Silva

Caroline Moraes Monteiro

Thiago dos Santos Cruz

Carmen Françuasy Martins Nascimento


Daniele Magalhães Souza
Josiana Kely Rodrigues Moreira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218026>

CAPÍTULO 7..... 86

POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA NA BAHIA: RELATOS SOBRE AÇÕES ENTRE 1970 E 1990

Alex Vieira dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218027>

CAPÍTULO 8..... 98

TRATANDO RISCOS: OFERECER CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA ATRAVÉS DE GRUPOS TEMÁTICOS PARA JOVENS NO MUNICÍPIO DE ESMERALDAS/MG


Viviane Andrade Pinheiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218028>

CAPÍTULO 9..... 104

SHOW OPINIÃO: ARTE, POLÍTICA E CRIAÇÃO TEATRAL NO BRASIL DOS ANOS 1960

Kátia Rodrigues Paranhos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218029>

CAPÍTULO 10..... 115

ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO DAS REPORTAGENS EM CAMPO GRANDE, MS SOBRE OS POVOS HAITIANOS: APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DO OUTRO POR INTERMÉDIO DA ENUNCIÇÃO MUDIÁTICA

Euzenir Francisca da Silva

Melly Fátima Goes Sena

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180210>

CAPÍTULO 11..... 134

CICLO DE VIDA DO MERCADO MUNICIPAL PAULISTANO

Márcia Regina Valle Mielke

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180211>

CAPÍTULO 12..... 146

O MERCADO IMOBILIÁRIO EM MARÍLIA (SP) E O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL

André Pimenta Mota





 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180212>

CAPÍTULO 13..... 166

FINANÇAS PESSOAIS E TESOURO DIRETO: UMA ANÁLISE PRÁTICA PARA GERIR OS CUSTOS DOS INVESTIMENTOS NOS TÍTULOS DO TESOURO DIRETO

Eduardo Alvim Guedes Alcoforado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180213>

CAPÍTULO 14.....	186
CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO INTERMITENTE ENQUANTO PRECARIZAÇÃO Gabriel Bacarol Kerber	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180214	
CAPÍTULO 15.....	194
ANÁLISE DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS APLICADAS PELA FUNDAÇÃO CASA À LUZ DA TEORIA DE WINNICOTT Alex Pereira de Sousa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180215	
CAPÍTULO 16.....	204
A UMBANDA E O CANDOMBLÉ NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E A SUA RELAÇÃO RACIAL Francisco Rangel dos Santos Sá Lima Cícero Nilton Moreira da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180216	
CAPÍTULO 17.....	212
CIVILIZAÇÃO NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI André Soares Ferreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180217	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	224
ÍNDICE REMISSIVO.....	225

CAPÍTULO 1

A QUESTÃO REGIONAL E AS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO NO BRASIL: APRECIÇÕES

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 01/01/2022

Franciclécia de Sousa Barreto Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do
Norte – UERN
Pau dos Ferros/RN
<http://lattes.cnpq.br/3882414577607536>

Alberto de Oliveira

Universidade Federal do Rio de Janeiro –
UFRJ
Rio de Janeiro/RJ
<http://lattes.cnpq.br/8075270856419961>

RESUMO: As desigualdades sócio-espaciais não foram eliminadas, mas sua natureza, geografia e complexidade se modificaram. Nesse ínterim, o artigo tem como objetivo refletir sobre os avanços e questionar os obstáculos enfrentados pelas políticas regionais no Brasil, na atualidade. Para tanto, considera-se essencial apresentar como as políticas regionais pioneiras no Brasil emergiram da lógica macroeconômica do pós-guerra; mostrar como a ascensão do liberalismo, nos anos 1990, reformatou os princípios das políticas regionais; discutir os efeitos regionais derivados da recuperação da capacidade de consumo da população de baixa renda. E, por fim, analisar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, destacando seus princípios e limitações.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento regional; Políticas públicas; desigualdade social; federalismo; desenvolvimento regional.

THE REGIONAL QUESTION AND THE PLANNING POLITICS IN BRAZIL: APPRECIATION

ABSTRACT: The socio-spatial inequalities don't have been deleted, but your nature, geography and complexity they have change. So, the article goals reflect about the advances and have questions around the obstacles confronts by the regional politics of Brazil, nowadays. Therefore, we consider essential to show how the first regional politics in Brazil emerged of logic post-war macroeconomic; show also how the rise of liberalism, in the 1990s, reformatted the principles of the regional politics; discuss the regional effects derived from repercussion of consumption capacity of the low-income population. And finally, we're analyze the National Politics of Regional Development, highlighting their principles and limitations.

KEYWORDS: Regional Planning; Public Politics; social inequality; federalism; regional development.

1 | INTRODUÇÃO

O regionalismo brasileiro há muito está presente na história política e social do Brasil de modos distintos, como no império, em meio aos debates parlamentares realizados, nos variados movimentos revolucionários regionais do século XIX; na ampla produção intelectual regional, ou mesmo, já em fins do século XIX, com o destaque do problema da seca que castigou o Nordeste (CANO, 2010). No entanto,

foi somente a partir de meados do século XX que as desigualdades regionais passaram a ocupar posição de destaque na agenda governamental. Tal mudança decorreu, sobretudo, em razão do aprimoramento das estatísticas nacionais que tornou visível o fosso econômico que separava os estados e do agravamento das condições sociais no Nordeste derivado das fortes estiagens dos anos 1930 e 1940 (CANO, 1985).

Desde então, o país experimentou um amplo leque de políticas setoriais, sociais e espaciais que redefiniram a distribuição espacial da produção da riqueza. As desigualdades sócio-espaciais não foram eliminadas, mas sua natureza, geografia e complexidade se modificaram. Assim, cumpre refletir sobre os avanços e questionar os obstáculos enfrentados pelas políticas regionais no Brasil, na atualidade.

O trabalho¹ está organizado em seções, além desta introdução e das notas à título de conclusão, apresentadas ao final do texto. Inicialmente, mostra como as políticas regionais pioneiras no Brasil emergiram da lógica macroeconômica do pós-guerra. Em seguida, mostra como a ascensão do liberalismo, nos anos 1990, reformatou os princípios das políticas regionais. Na seção seguinte, discute os efeitos regionais derivados da recuperação da capacidade de consumo da população de baixa renda. Por fim, a última seção, é dedicada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, o mais recente marco legal de combate às desigualdades espaciais, destacando seus princípios e limitações.

2 | ORIGENS E CONDICIONANTES DA POLÍTICA REGIONAL NO BRASIL

Ainda que o governo federal tenha mobilizado recursos para o combate às secas do Nordeste no início dos anos 1920, as primeiras ações que se assemelham a um movimento sistemático de enfrentamento da questão regional ocorrem apenas entre 1932 e 1942, já no governo Vargas (OLIVEIRA, 1981). Os anos 1930 e 1940 foram um período de fortes tensões políticas e de surgimento de novas arenas² (NEVES, 2001). O Nordeste passou a ocupar posição especial na agenda governamental, seja do programa de construção de açudes³ sob a direção do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS (DNOCS, 1945), seja pela criação da Companhia Siderúrgica do São Francisco (CHESF), em 1945, a fim de aproveitar a potencialidade hidráulica do rio São Francisco.

Os primeiros passos da industrialização no país foram acompanhados pelo aprimoramento das ações de planejamento e do corpo técnico da burocracia estatal, por meio da criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1934 e do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1938.

Nos anos 1950, as políticas setoriais implementadas pelo governo Kubistchek (JK) abriram caminho para a incorporação de novos espaços e a integração da economia nacional.

1 Trabalho apresentado e consta nos anais do III SEDRES, Blumenau (SC), de 14 a 16 de setembro de 2016.

2 Para Neves (2001, pag. 161) os canteiros “[...] transformaram-se imediatamente em arenas políticas onde se desenrolava um embate estranho de pressões e contrapressões, em que mais valia o envolvimento pessoal que domina os códigos da cultura do que uma racionalidade universal baseada na legalidade ou na capacidade técnica”.

3 Maiores detalhes, ver: Neves (2001); Bomfim (2007).

Neste contexto, destacou-se a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), em 1956, e da Operação Nordeste, em 1959, projetos articulados por Celso Furtado e que serviram de base para a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959 e, mais tarde, das demais superintendências regionais: Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO), Superintendência de Desenvolvimento da região Sula (SUDESUL) e Superintendência Regional do Sudeste (SUDESTE) (FURTADO, 2009).

Os diagnósticos produzidos pelo GTDN mostraram a fragilidade das ações voltadas exclusivamente ao combate à seca e as limitações impostas pela estrutura agrária concentradora. Nas palavras do autor: “[...] a ação do governo federal tem se limitado a compensar a tendência imigratória dos capitais privados nordestinos para a região que oferece melhores oportunidades” (FURTADO, 2009, p. 105).

No entanto, diante da pressão exercida pelas oligarquias regionais, a industrialização se tornou a principal alternativa para a melhoria das condições de vida da população nordestina. Camargo (1981) advoga que o governo JK buscou implementar ações modernizadoras sem enfrentar as forças regionais e a perversa rigidez fundiária, preservando o atraso das relações sociais no campo.

As medidas de integração da economia nacional foram contrabalançadas pelo ingresso maciço de capital estrangeiro no Sudeste, particularmente em São Paulo. Mesmo as políticas que moveram recursos para o Nordeste acabaram por beneficiar indiretamente as áreas dinâmicas do país, posto que os generosos subsídios da SUDENE e os baixos salários dos trabalhadores nordestinos contribuíram para a redução dos custos e o processo de acumulação capitalista no Sudeste (OLIVEIRA, 1981).

A partir de 1964, com a ascensão dos militares ao poder, as expectativas de abrandamento da concentração fundiária, seja no campo ou na cidade, foram definitivamente abandonadas. O modelo de crescimento econômico foi ancorado na expansão do crédito e do consumo das famílias com renda média, enquanto medidas ortodoxas de combate a inflação promoviam o rebaixamento dos salários. Os investimentos produtivos estatais que – no início foram puxados pelo Plano de Metas e, mais tarde, pela liquidez do mercado financeiro internacional – foram responsáveis pela construção da infraestrutura de energia, transporte e saneamento, permitindo a instalação da complexa matriz produtiva presente na atualidade. O rápido crescimento econômico foi igualmente sustentado pela reestruturação do sistema financeiro nacional, nos 1960, que criou mecanismos de captação de baixo custo para o investimento de longo prazo.

Bomfim (2007) ao fazer referência a condução política do país nesse período, ressalta a lógica de planejamento espacial dos governos militares, que além de almejar colocar o país em posição de destaque entre as nações desenvolvidas, visou garantir a soberania do território nacional. Assim, o planejamento territorial calcado na redução de desigualdades foi substituído por uma visão de técnica de ocupação estratégica do espaço.

Nos anos 1970, a ênfase no desenvolvimento da indústria de bens intermediários deslocou investimentos públicos e privados em direção das áreas concentradoras de matérias-primas. Simultaneamente, os esforços bem-sucedidos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para a adaptação de espécies de grãos para o cerrado, que vinham sendo realizados desde os anos 1960, abriram caminho para a expansão da agroindústria no Centro Oeste. Além disso, os militares desenharam medidas deliberadas de desconcentração industrial do Sudeste, como atesta a criação das centrais petroquímicas de Camaçari (Bahia) e Triunfo (Rio Grande do Sul). Tais políticas culminaram na criação das zonas de especialização produtiva presentes na atualidade (CANO, 2011; DANTAS; SILVA, 2011).

Para Cano (2011), a década de 1970 foi marcada pelo abandono das políticas sociais e pela imobilização das ações no campo agrário, enquanto a política urbana se limitou ao financiamento de moradia, sobretudo para as famílias de renda média, a partir do Banco Nacional de Habitação (BNH), que era suportado por recursos de baixo custo captados através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). No campo regional, as ações foram dispersadas pela aparição de outros programas, de norte mais setorial, retrata Cano, a exemplo, dos investimentos no Turismo, da Pesca, do Reflorestamento, entre outros. Tais “constrangimentos”, segundo ao autor, teriam sido compensados pela intensidade do crescimento do período de 1967-1980:

[...] queda do salário-mínimo foi atenuada pelo excepcional crescimento do emprego urbano, que elevou o salário médio e dispersou a estrutura salarial. A dispersão dos recursos financeiros regionais do NO e NE foi compensada pela desconcentração regional do investimento, pois o aprofundamento e diversificação imprimidos à industrialização obrigavam a uma utilização mais intensa das bases regionais de recursos naturais (terra, água e minérios. Isso também obrigou a uma forte desconcentração regional da infraestrutura energética, de comunicações e de transporte (CANO, 2011, p. 7).

Enfim, seja pelo GTDN, que buscou a redução das disparidades regionais, seja pelos militares, que buscaram a desconcentração econômica e a ocupação estratégica do espaço, as políticas de desenvolvimento regional no pós-guerra foram desenhadas a partir do paradigma de que cabia ao Estado planejar, direcionar e supervisionar o crescimento econômico no país. Tal pressuposto seria abandonado nos anos 1980.

3 | O NOVO PLANEJAMENTO REGIONAL SOB A LUZ DO LIBERALISMO

Os anos 1980 marcaram o fim do ciclo de expansão da economia brasileira baseada no endividamento externo. A dependência do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a adesão incondicional ao paradigma liberal, disseminado pelas administrações Reagan e Thatcher, eliminaram a prática do planejamento que havia sobrevivido mesmo durante os governos militares. A política industrial, que endereçava as ações governamentais no

território nacional, foi abandonada em favor medidas emergenciais de geração superávit nas contas externas para geração de divisas estrangeiras para atender o serviço da dívida externa.

Nos anos 1980, a política econômica se limitou a administração da dívida interna e a um pífio combate a inflação. A estatização e a internalização da dívida, juntamente com a desmobilização dos investimentos públicos, eliminaram a capacidade de coordenação da economia pelo Estado. Os escassos recursos públicos foram dispendidos na sustentação dos setores exportadores, dando início a reprimarização da economia que caminharia a passos largos a partir dos anos 1990.

A política econômica baseada na expansão das exportações reforçou a importância das ilhas especialização produtiva dispersas pelo interior do país, enquanto o desmonte da indústria, o aumento do desemprego e o declínio da renda do trabalho corroeram a renda disponível para o consumo, reduzindo o tamanho do mercado interno.

No plano formal, a questão do planejamento e sua relação com o território retornou a agenda governamental por meio da Constituição de 1988, que instituiu o Plano Plurianual (PPA) e sua relação com os programas nacionais, regionais e setoriais, de forma a estabelecer regionalizações para as diretrizes, objetivos e metas da administração pública. No entanto, a prática do planejamento somente foi efetivamente restituída a partir de 1995, quando a eliminação da instabilidade dos preços (graças ao Plano Real) permitiu a elaboração de planos e controles de médio e longo prazo.

A primeira experiência concreta de planejamento surgiu com o Programa Brasil em Ação, na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que privilegiou o desenvolvimento dos recortes geográficos mais dinâmicos do país, novamente, reforçando o crescimento econômico das zonas de especialização produtiva. O desenho dos eixos de desenvolvimento não apenas atendia aos princípios de liberdade que sustentavam a ideologia econômica liberal, mas, sobretudo, harmonizava-se com um modelo específico de inserção do país no mercado internacional a partir da exportação de *commodities* agrícolas e minerais. Tratava-se, pois, de eliminar o chamado Custo Brasil que, segundo seus defensores, obstaculizava o crescimento econômico (BRANDÃO; GALVÃO, 2003).

Resumindo, o Plano Real valeu-se da abertura econômica e da valorização do câmbio para pressionar os preços para baixo no mercado interno. Embora tal estratégia tenha obtido sucesso no combate à inflação, gerou, como efeito colateral, o desequilíbrio no balanço de pagamentos. O descontrole das contas externas foi amenizado pelas privatizações e pelo endividamento externo, porém, era preciso elevar as exportações para garantir o equilíbrio do balanço de pagamentos, daí, portanto, a necessidade de incrementar as vendas externas reduzindo o custo de exportações, ou seja, o Custo Brasil. Nesse contexto, a política regional foi diluída dentre as demais ações governamentais que, naquele momento, tinham como prioridade central o combate a inflação.

Nesse contexto, a questão regional foi retirada da agenda governamental em favor

da economia dos lugares. De acordo com Carleial (2014) o Brasil passou a ser conduzido por ações de curto prazo, colocando a escala local como espaço privilegiado da intervenção pública. Porém, “[...] a primazia do local é uma impossibilidade, isto porque, na economia mundializada, com forte presença da firma-rede multinacional, as atividades fazem-se e articulam-se em diferentes escalas espaciais” (CARLEIAL, 2014, p. 11). Nesse sentido é que Brandão (2013, p.32) tem afirmado o fato, de que toda a institucionalização construída durante décadas, foi sendo destruída com a passagem do século XX e início do século XXI, “[...] malgrado o recrudescimento do processo de desenvolvimento desigual”.

4 | RECUPERAÇÃO DA RENDA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O cenário econômico mudou nos anos 2000 e, com ele, a posição das regiões na produção de riqueza. No *front* externo, o crescimento vertiginoso do mercado chinês criou as condições necessárias para a ampliação das exportações, a despeito das deficiências logísticas no Brasil. O saldo positivo da balança comercial beneficiou o país de duas formas: (1) fortaleceu as reservas internacionais, criando uma blindagem contra as crises externas e (2) ampliou as margens para importação, permitindo a modernização da estrutura industrial e (infelizmente) o aumento do consumo supérfluo. No *front* interno, dois movimentos simultâneos e complementares induziram o aumento do consumo no mercado interno. De um lado, a expansão da previdência social, a ampliação dos programas de transferência direta de renda e os aumentos reais do salário-mínimo elevaram a renda das famílias da base da pirâmide social. De outro lado, o declínio da inflação e a melhoria da economia levou os bancos a ampliar a oferta de crédito. A combinação destes fatores criou as condições necessárias para o crescimento sustentado da economia brasileira, entre 2003 e 2009, a despeito das incertezas observadas nos EUA e na Zona do Euro.

Os investimentos decorrentes da novíssima fase de crescimento da economia não se distribuíram de forma equilibrada entre os diferentes quadrantes do território. Do ponto de vista do investimento privado, novos estados passaram a disputar com São Paulo a hospedagem de plantas industriais; o aumento do consumo da população de baixa renda moveu grandes grupos varejistas em direção aos estados menos desenvolvidos e às periferias das grandes cidades; os bancos também buscaram novos mercados nos bolsões de baixa renda das grandes cidades, dentre outros movimentos decorrentes da expansão do consumo de fração da população batizada com a alcunha de Nova Classe Média.

Quanto ao investimento público, a necessidade de recompor a capacidade de geração de energia no país teve como resultado o investimento maciço de recursos na Região Norte. A modernização e a ampliação das zonas portuárias deslocaram investimentos públicos para diferentes sítios que se estendem do Sul ao Nordeste brasileiro. De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU, 2012), entre 2009 e 2012, 30% das obras contratadas no programa Minha Casa Minha Vida estavam localizadas no Sudeste, reforçando a

dispersão espacial dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em suma, importa reter que a lógica espacial dos investimentos apresenta diferenças não desprezíveis em relação à lógica que vigorou no passado, porém, as desigualdades territoriais continuam presentes com novas lógicas e complexidades._

5 | A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA ENCRUZILHADA

Nos anos 2000, documentos oficiais e depoimentos de representantes do governo federal não deixaram dúvidas que a discussão sobre as desigualdades regionais no Brasil tornou a ascender à posição de destaque na agenda governamental. Exemplos disso são a institucionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e o restabelecimento das Superintendências para o Desenvolvimento Regional (SUDENE e SUDAM e, mais recentemente, da SUDECO). No entanto, ao investigar as ações de governo notadamente nomeadas para o desenvolvimento regional chama atenção o fato da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), sancionada pelo governo federal em 2007, não dispor de instrumentos suficientes ou adequados para enfrentar os desafios impostos pelo contexto atual. Dentre as fragilidades encontradas na PNDR é possível destacar: a ausência de mecanismos de financiamento e de uma coordenação efetiva, seja horizontal, com os demais ministérios, ou vertical, com diferentes entes federativos.

Para Alves e Rocha Neto (2014), a ausência de políticas regionais nas décadas de 1980 e 1990 levou a institucionalização da PNDR em base menos robusta do que os estudos e debates acadêmicos alvitavam. Além disso, a fragmentação da institucionalização da PNDR não contribuiu para o avanço das ações governamentais. Para os autores, a Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, que é composta por executivos de diferentes ministérios e coordenada pela Casa Civil da Presidência da República, ilustraria a fragmentação da iniciativa.

No que se refere às Superintendências, tal recriação parece ter acontecido apenas na esfera formal, uma vez que carecem, ainda hoje, de reestruturação em seus quadros técnico-administrativos, da elaboração dos Planos Regionais de Desenvolvimento, marco-orientador de suas ações, e da própria redefinição/consolidação de suas missões institucionais, posto atuarem em meio a cenário econômico e político bastante diferente daquele no qual foram concebidas. Quanto ao financiamento do Desenvolvimento Regional, os Fundos Constitucionais de Financiamento, os Fundos de Desenvolvimento Regional e os Incentivos Fiscais, além de constituírem instrumentos que atuam praticamente de forma isolada, são frutos de uma perspectiva de estímulo ao desenvolvimento que, diante dos resultados observados, carece, no mínimo, de questionamento.

Como mencionado anteriormente, nos anos 2000, a atuação do governo federal foi marcada pelo fortalecimento das políticas sociais e de transferência de renda. Somase a isto o movimento dos governos estaduais e municipais de replicarem as iniciativas

propostas pelo governo federal, seja reproduzindo parâmetros para utilização de recursos federais, ou mesmo patrocinando programas com o mesmo viés. A implantação do Programa Renda Melhor, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, em 2011, ilustra tal tendência. É importante ter em mente que tais ações foram viabilizadas pela melhoria das condições macroeconômicas e, por conseguinte, da capacidade orçamentária do setor público, que abriram caminho para a ampliação dos gastos sociais, repercutindo expressivamente no território ao ponto de inscrever novos contornos à questão regional brasileira.

Cumprir lembrar, no entanto, que os programas sociais contam com disponibilidade de recursos bastante superior àqueles destinados aos instrumentos notadamente nomeados para o desenvolvimento regional, sobretudo os vinculados ao Ministério de Integração Nacional (MI). Neste último, a parcela mais expressiva da dotação orçamentária é aplicada em projetos de recursos hídricos, no Nordeste. Assim, o Brasil experimenta uma aparente contradição em suas medidas de atenuação das desigualdades territoriais: de um lado, um dos principais símbolos do enfrentamento da questão regional, em tempos recentes, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, carece de instrumentos e funciona a partir de princípios que não são totalmente aderentes ao contexto atual. De outro, as políticas sociais (que geram rebatimentos territoriais) se beneficiaram de expressiva expansão orçamentária, porém, parecem atuar de forma descoordenada entre si, entre os diferentes níveis de governo e, não menos importante, descoladas de uma estratégia clara de desenvolvimento territorial.

Uma segunda observação mostra que a despeito das diferenças orçamentárias, de autonomia e na própria lógica de atuação dos diferentes Ministérios; bem como dos diferentes interesses que orientam a ação dos entes federados, é possível notar que parte considerável dos recursos tem sido direcionada para recortes geográficos comuns. Essa suposta coincidência na destinação espacial de recursos pode ser explicada pela persistência da crônica desigualdade territorial brasileira. Apesar da lógica setorial reinante, toda ação governamental carrega um rebatimento territorial cuja lógica de distribuição espacial está relacionada aos contornos da política em si, bem como à distribuição geográfica do público-alvo que, por fim, acaba se tornando chave de análise da interação existente entre as políticas sociais e seus efeitos socioeconômicos no território.

Considerando que há uma interação inequívoca entre políticas sociais e território e que ela demarca importante marco de análise para compreensão dos novos contornos inscritos na questão regional brasileira e, por desdobramento, nos fundamentos que baseiam ações governamentais de enfrentamento desta questão, faz-se necessário saber em que medida essa interação, quando estrategicamente orientada pode contribuir para intensificar os esforços governamentais movidos para o combate da crônica desigualdade territorial brasileira.

Nesse sentido, a coordenação territorial de políticas sociais se apresenta como valiosa estratégia de redução da desigualdade sócio-espacial porque guarda possibilidade

de inculir expressivos “ganhos de escala” à ação governamental. Assim, a coordenação de programas sociais, geridos ou patrocinados por diferentes instâncias governamentais, num determinado recorte geográfico, poderia intensificar os benefícios produzidos sobre a população-alvo, contribuindo para atenuação das desigualdades sócio-espaciais.

A proposta de integração de programas governamentais não é novidade na literatura. Tal discussão parte da premissa de que o aparato governamental, em seus diferentes níveis, atua de forma paralela e desarticulada, implicando na duplicação de tarefas, na conformação de áreas não atendidas ou atendidas aquém do necessário. Em suma, o paralelismo das ações governamentais tende a gerar ineficiências e desperdício de recursos públicos (INOJOSA, 2001).

Parece haver relativo consenso, principalmente entre os profissionais que atuam com programas sociais, que a integração sob diferentes dimensões (saúde, educação, indivíduo, família etc.) tende a gerar impactos mais consistentes na transformação das condições de vida das populações socialmente vulneráveis. E mais: todas essas ações e seus respectivos planejamentos demandam, necessariamente, uma plataforma territorial. Brandão (2014) defende que é preciso construir uma estratégia consistente, orientada pelos princípios da “transversalidade, multidimensionalidade e transescalaridade”, o que requer gerar compromissos regionalizados de ações reais/efetivas que atinjam áreas essenciais como a saúde, educação, indústria, CT&I, serviços básicos etc.; com fins de progredir no processo de desenvolvimento. Na mesma direção, Alves e Rocha Neto (2014) defendem a transversalidade, além de destacar a necessidade de integração das agências governamentais, em meio a um exercício sucessivo de negociações, que possibilitem a criação e implementação de políticas públicas, que tratem adequadamente das desigualdades regionais.

Sendo assim, é preciso pensar além das políticas focalizadas, lutar contra a excessiva setorialização; reconhecer, como muitos autores têm sinalizado, a diversidade regional, no âmbito de um movimento dinâmico que promova a criação de instituições articuladas e de políticas públicas eficazes. Não se pode esquecer, no âmbito das discussões sobre a questão regional, as implicações dos processos do capitalismo globalizado. É tarefa árdua compreender, principalmente, a complexidade dos efeitos do processo de neoliberalização no espaço, quando esse se dá de forma desigual e descontínuo no tempo. Para tanto é preciso avaliar como os processos em curso no capitalismo impactam, representam em termos de penalizar o país e as regiões.

E mais: a fragmentação de funções e o compartilhamento de competências, por determinação constitucional, entre União, Estados e Municípios possibilita que os entes federados possam se omitir em suas responsabilidades perante a população. Isto é, “[...] tem-se um processo não transparente e de responsabilização difusa, que possibilita que cada esfera de governo culpe a outra pelo problema, sem que nenhuma ação efetiva seja tomada” (ABRUCIO; FRANZESE, 2007, p.14).

Outro elemento que precisa ser considerado são as ações relacionadas à estratégia

de investimento do setor público. Ainda que inversões sejam realizadas por praticamente todos os ministérios federais e empresas públicas, uma fatia relevante desses recursos foi rotulada no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e seus derivados. À título ilustrativo tome-se os investimentos realizados para a geração de energia elétrica. Tendo em vista o potencial hidroelétrico da Região Norte, novamente, observa-se o efeito de “escorregamento” de recursos federais em favor das regiões menos desenvolvidas do país.

Resumindo, é possível admitir que parcela significativa de recursos públicos vem sendo carregada para recortes geográficos comuns, porém por meio de institucionalidades conflitantes. Assim, considera-se possível obter incrementos na efetividade da ação pública a partir da integração de programas governamentais em determinados recortes geográficos e para públicos-alvo definidos. Portanto, a questão que se coloca é: quais são as limitações para a integração de políticas públicas em bases territoriais?

Para Inojosa (2001), os motivos que levam ao paralelismo da atuação governamental estão ligados a forma de organização do aparato governamental, que reflete a especialização do conhecimento e das corporações, resultando na formação de estruturas hierarquizadas e verticalizadas (inclusive entre os entes federados). Inojosa argumenta ainda que a tradicional fragmentação político-partidária derivada da formação de governos de coalização tende a levar a especialização descoordenada do aparato governamental.

Sobre a questão das políticas de coalização, Arretche (2004) sustenta que a coordenação de ações entre as esferas de governo depende de como estão estruturadas as relações federativas em cada uma das políticas particulares. Assim, não existe relação direta entre as decisões de governo nos níveis estadual e municipal e o pertencimento desses prefeitos e governadores à sigla partidária do presidente da república. Mesmo as coalizões partidárias que sustentam a aprovação de projetos no legislativo são inócuas para a coordenação de políticas entre níveis de governo.

Ao lado da questão das coalizações está a própria noção de federalismo, pois, parte das disputas no interior do aparelho de Estado reflete interesses localizados nos diferentes quadrantes do território nacional. Diferente dos EUA, cujo federalismo nasceu do pacto entre unidades autônomas, no caso brasileiro, o federalismo resultou do processo de descentralização do poder a partir centro para os estados, uma vez que o Estado Nacional foi regido, durante quase 70 anos, por um Império bastante centralizador (ABRUCIO; FRANZESE, 2007).

Assim, o federalismo brasileiro é fortemente marcado pela competição, o que tende a transformá-lo num instrumento de divisão territorial do poder, de forma a acomodar conflitos ao invés de incentivar a cooperação. Tal característica é explicada pela histórica influência exercida pelas elites regionais e setoriais sobre o Estado. Graças a construção de territórios economicamente dinâmicos dotados de elevada autonomia, tornou-se possível acomodar os interesses dos diferentes grupos de pressão espalhados nas diferentes regiões do país (SOUZA, 1998 e GADELHA, 2007 *apud* PEREIRA, 2010).

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão regional está presente na agenda governamental, de forma mais ou menos destacada, desde o final do século XIX. Contudo, tal discussão somente ensejou o desenho de políticas de desenvolvimento regional com contornos minimamente articulados apenas em meados do século XX, como resultado do agravamento das condições de vida no Nordeste, derivado das estiagens, bem como pela disseminação do conhecimento sobre as desigualdades espaciais.

No entanto, a política de desenvolvimento regional não é desenhada no vácuo. Ela reflete não apenas as condições objetivas da economia nos diferentes períodos da história do país, como, também, a adesão aos diferentes paradigmas que moldam a atuação do Estado sobre a sociedade e, particularmente, sobre a economia. Assim, as rédeas da política de desenvolvimento regional no Brasil passaram das mãos do Estado para o mercado, entre o pós-guerra e os anos 1990.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional, sancionada em 2007 e já em sua segunda versão, introduziu avanços incontestáveis na direção de um modelo cooperativo de organização espacial do Estado, no entanto, os obstáculos enfrentados pela PNDR estão ligados as heranças da própria formação Estado Nacional Brasileiro e, dos arranjos de poder que acomodam os interesses dispersos nas regiões brasileiras. Portanto, a incorporação do território como base das políticas públicas demanda não apenas o aprimoramento dos instrumentos operacionais, mas, igualmente, um rearranjo das forças políticas dentro e fora do Estado. É reconhecendo a complexidade de uma política regional de caráter nacional, que Brandão (2014, p.343) lança luz sob importante questão: que uma política dessa natureza “deve ser questão não de governo, mas sim, ter a permanência e a consistência de uma política de Estado”.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L.; FRANZESE, C. **Federalismo e políticas públicas**: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. Tópicos de economia paulista para gestores públicos, v. 1, p. 13-31, 2007.

ALVES, A. M; ROCHA NETO, J. M. da. **A nova política nacional de desenvolvimento regional – PNDR II**: entre a perspectiva de inovação e a persistência de desafios. Revista Política e Planejamento Regional. v.1.n2. Julho/Dezembro, 2014.

ARRETCHE, M. **Federalismo e políticas sociais no Brasil**: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo em perspectiva, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

BOMFIM, P. R. de A. **A ostentação estatística (um projeto geopolítico para o território nacional**: Estado e planejamento no período pós-64). São Paulo: Tese (Doutorado) - apresentada no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. F. Fundamentos, motivações e limitações da proposta dos “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento”. In BRANDÃO C. A. *et al.* (Orgs.) **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Unesp/Anpur, 2003.

BRANDÃO, C.A. Transversalidade, multiescalaridade e os desafios da legitimação das políticas regionais no Brasil. In.: RAINER, R; TAVARES, H. M. (Org.). **Política e Planejamento Regional: coletânea**. Brasília. Gráfica Movimento, 2013.

BRANDÃO, C.A. Avançamos na PNDR II, mas falta transformá-la em uma estratégia de Estado. **Revista Política e Planejamento Regional**. v.1.n2. Julho/Dezembro, 2014.

CAMARGO, A. A. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930 – 1964). In: B. Fausto (org.) **História geral da civilização brasileira** - O Brasil Republicano, tomo 3, vol. 3, São Paulo: Difel, 1981.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)**. São Paulo: Global, Campinas, Unicamp, 1985.

CANO, W. FURTADO: a questão regional e a agricultura itinerante no Brasil. **Cadernos do Desenvolvimento**, vol, 5, out. 2010.

CANO, W. **Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980**. Texto para discussão n.193. IE/UNICAMP, julho de 2011.

CARLEIAL, L. O desenvolvimento regional brasileiro em questão. **Revista Política e Planejamento Regional**. v.1.n1. Janeiro/Junho, 2014.

DANTAS, J. R. Q.; SILVA, F. S. B. A (re) organização sócio-espacial no Rio Grande do Norte e suas implicações para o Alto Oeste: particularidades sobre Pau dos Ferros. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, n. 24, ano XIII, p 35-44, dez. 2011.

FURTADO, C. **O Nordeste e a saga da Sudene**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

INOJOSA, R.M. **Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade**. São Paulo, Cadernos FUNDAP, n.22, p. 102-110, FUNDAP, 2001.

NEVES, F. de C. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 107-131, 2001.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. SUDENE, Nordeste, planejamento e luta de classes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PEREIRA, P. de G. Território, Federalismo e Escala: implicações para o processo recente de requalificação do planejamento governamental brasileiro. Universidad de Buenos Aires - UBA. **Anais...** XI Coloquio Internacional de Geocrítica 2010.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). Relatório de auditoria operacional do programa Minha Casa Minha Vida. TC 033.568/2012. Acórdão 2431/2012.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura familiar 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 75, 76

Antropometria 77, 78

C

Camponeses 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 76

Canções 53, 104, 105, 106, 108

Ciclo de vida 134, 135, 136, 142, 143, 144

Condições de trabalho 186

Cooperativismo 67, 68, 69, 71, 74

Cuidados 20, 98, 100, 102, 154, 200, 202

D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 22, 24, 27, 29, 44, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 89, 92, 101, 103, 115, 118, 133, 135, 142, 143, 150, 151, 165, 167, 168, 175, 181, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 207, 213, 217, 218, 219, 220

Desenvolvimento regional 1, 2, 4, 6, 7, 8, 11, 12

Desigualdade social 1, 147

Doenças cardiovasculares 77, 78, 79, 81, 83, 85

E

Educação integral 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31

Emprego precário 186

Encenação 104, 110, 112

Engajamento 104, 105, 107, 110, 111, 113, 114

Enunciação 115, 116, 118, 122, 123, 131, 132

Envelhecimento humano 32, 39

Equilíbrio 5, 37, 45, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 203, 213, 220

Escola básica 13, 14, 21, 28

Exercício físico 77, 78, 79, 85

Experiências 13, 14, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 35, 40, 44, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 90, 100, 101, 103

F

Federalismo 1, 10, 11, 12

Fragmentação 7, 9, 10, 52, 65, 146, 147, 148, 153, 163, 164, 217

G

Geografia do envelhecimento 32, 34, 39

Grupo de Teatro Opinião 104, 109

J

Jovens 15, 33, 38, 89, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 127, 200, 201, 202

M

Marília 145, 146, 147, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 164, 165

Mercado imobiliário 146, 149, 151, 152, 164

Mercado Municipal 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 144, 145

Migração 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 128, 217, 218, 219

P

Planejamento regional 1, 4, 11, 12

Planejamento turístico 134

PMCMV 146, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 159, 163

Políticas públicas 1, 9, 10, 11, 50, 60, 61, 63, 64, 67, 68, 70, 71, 75, 76, 84, 147, 148, 149, 150, 153

Prevenção 20, 77, 78, 82, 84, 98, 99, 100, 103

Protagonismo 98, 103

R

Reforma trabalhista 186, 187, 189, 190, 192, 193

Representação social da velhice 32, 34

S

Saberes 29, 35, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 101

Segregação 146, 147, 150, 155, 156, 163, 165

Semiótica do discurso 115, 116, 118, 121, 132

T

Taxas 117, 166, 169, 170, 173, 175, 176, 178, 179, 181, 184

Tempos-espacos educativos 13

Tesouro direto 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181

Títulos públicos 166, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 179, 180, 181, 183, 185

Trabalho intermitente 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193

Tributos 166, 170, 172, 173, 177, 184

V

Vulnerabilidade 33, 98, 128, 198

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

- 
-  www.atenaeditora.com.br
 -  contato@atenaeditora.com.br
 -  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 -  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2022

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

- 
-  www.atenaeditora.com.br
 -  contato@atenaeditora.com.br
 -  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 -  www.facebook.com/atenaeditora.com.br